

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A cedência gratuita de um emblemático edifício no centro histórico da cidade de Torres Novas, adquirido recentemente pelo Município e destinado a instalar a StartUp de Torres Novas, a uma empresa privada, a custo zero, pela Câmara Municipal, destinado à instalação de um “Centro de Estudos e Observação em Saúde” chamou a atenção do Bloco de Esquerda que se manifestou contrário a esta cedência mas também estranhou as circunstâncias, o conteúdo do protocolo assinado e a empresa a quem for feita a cedência – MKA – Medical Knowledge Academy, com sede em Braga.

Foi com espanto que verificámos que a MKA – Medical Knowledge Academy é propriedade de 3 empresas: Original Criterium, Unipessoal, Lda., Plenitude do Saber, Lda. e Signaled Forever, Lda.

Acontece que estas 3 empresas foram objeto de uma consulta pública para a execução de um outro projeto na área da saúde e da iniciativa da Câmara Municipal – o projeto EVA – Equipa Vida Activa, tendo sido selecionada a empresa Original Criterium, sendo que o contrato é resolvido por incumprimento (registo em setembro de 22 na Base-Gov). Estranhou-se, portanto, que se faça uma cedência deste tipo e a custo zero a uma empresa que não cumpriu o seu contrato com a Câmara Municipal.

Mais se estranhou quando o Presidente da Câmara Municipal indicou como um dos motivos para o insucesso do Projecto EVA a falta de cooperação da ARSLVT e do ACES Médio Tejo (que em maio de 2021 assinaram um protocolo neste âmbito) ao não indicar os utentes que deveriam fazer parte deste projeto. Acontece que a ARSLVT em resposta a um jornal local informa que cumpriu as suas obrigações “o que se traduziu na colaboração do ACES com o projeto, nomeadamente ao nível da definição/indicação dos utentes elegíveis”.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:*

- 1 – Tem o Ministério da Saúde conhecimento do Protocolo entre a Câmara Municipal de Torres Novas, a ARSLVT e o ACES Médio Tejo, assinado em maio de 2021?
- 2 – Quais as obrigações da ARSLVT e ACES Médio Tejo no âmbito desse protocolo?
- 3 – Foram cumpridas as obrigações? Foram fornecidas informações sobre os utentes elegíveis para o projeto?
- 4 – Como foram acautelados os direitos dos utentes e a legislação sobre proteção de dados quando se fornece dados com este grau de sensibilidade a uma empresa privada?

Palácio de São Bento, 24 de fevereiro de 2023

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)